



JORNAL O BRADO

FEEB
FEDERAÇÃO DOS BANCÁRIOS
DOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

CTB
Central dos Trabalhadores
e Trabalhadoras do Brasil

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE JUAZEIRO E REGIÃO

SEEB
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS
BANCÁRIOS DE JUAZEIRO E REGIÃO

EDIÇÃO Nº 97 | AGOSTO 2019

21ª CONFERÊNCIA NACIONAL

Representantes do Sindicato dos Bancários de Juazeiro prestigiam o evento.

O Sindicato dos Bancários de Juazeiro participou da 21ª Conferência Nacional dos Bancários, realizada entre os dias 2 e 4 de agosto, em São Paulo. A luta contra a reforma da Previdência, que vai dificultar e reduzir a aposentadoria de milhões de brasileiros; a defesa dos bancos públicos e demais estatais; a soberania nacional, ameaçada pela política entreguista do atual governo; e o mantimento da unidade nacional da categoria bancária, da qual é fruto uma CCT válida em todo o país, para trabalhadores de bancos privados e públicos. Estas foram algumas das resoluções aprovadas pelos 604 delegados e delegadas da conferência Nacional dos Bancários, que iniciou no dia 02 e encerrou no dia 4, na Quadra dos Bancários, na capital paulista.

A presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, uma das coordenadoras do Comando

Nacional dos Bancários e anfitriã do evento, Ivone Silva, lembrou do acerto que foi fechar, em 2018, um acordo de dois anos. “O acordo válido para 2018 e 2019, garantiu nossos direitos e nossa CCT num período de fortes ataques aos trabalhadores, que vêm desde o governo Temer, com a aprovação da reforma trabalhista, e foi intensificado neste governo de Bolsonaro. Esse acordo nos garantiu aumento real ano passado e já prevê aumento real de 1% este ano. Isso nos permite discutir estratégias de mobilização e

resistência este ano, e nos prepararmos para a próxima campanha em 2020. E foi isso que fizemos nessa conferência”, destacou.

Nos três dias da conferência, os bancários receberam especialistas e lideranças políticas em mesas que debateram conjuntura, soberania nacional, trabalho bancário e reforma da Previdência. Dessas discussões foram formuladas as resoluções finais e moções.

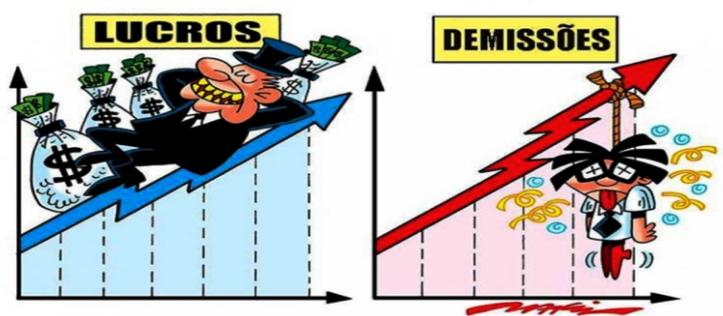
O Presidente dos Bancários de Juazeiro e Região, Maribaldes da Purificação, lembrou que

mesmo com todas as imposições desse governo fascista, os trabalhadores conseguiram barrar a proposta de capitalização da Previdência. “Conseguimos barrar o principal da proposta da reforma da Previdência, que era a capitalização. Mas, precisamos ainda mostrar para os brasileiros que quando forem pegar a sua aposentadoria o valor vai diminuir e muito. Nossa luta é pela soberania nacional, pela democracia, direitos e contra as privatizações”, disse.

Por sua vez, o vice-presidente do Sindicato dos Bancários de Juazeiro e Região Eleandro Jorge, disse que o este governo veio para acabar com os direitos trabalhistas, conquistado durante anos, e com os movimentos sindical e os sociais. “Temos que ser inteligentes o suficiente para sair daqui unidos com uma nova luta em defesa de todos os trabalhadores”, concluiu.



Bancos utilizam PDVs para demitir em massa



Os bancos fecham postos de trabalho com a mesma velocidade que aumentam seus lucros. No entanto, a situação pirou consideravelmente desde 2016, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, com a sequência de planos de demissões voluntárias nos bancos públicos.

No final de 2016, 9.409 funcionários aderiram ao PDV do Banco do Brasil. Esta ano, a empresa já anunciou um novo programa, que deve atingir 2,3 mil bancários.

Na Caixa, por conta dos Programas de Preparação para a Aposentadoria (PPA) e dos PDV, de 2015 a 2018, o banco fechou 14.369 postos de trabalho. Um novo PDV está curso e deve cortar mais 3,5 mil vagas.

Mas, não são apenas os

bancos públicos que se utilizam dos PDVs para fechar postos de trabalho. Em julho de 2017, o Bradesco lançou um PDV, que se encerrou em setembro daquele ano. O saldo foi o fechamento de 7.400 postos de trabalho no banco.

Em julho de 2019, o Itaú lançou um PDV, com a meta de adesão de 6.900 bancários. Sem contar que, nos últimos 12 meses o banco já fechou 983 postos de trabalho.

Se as coisas continuarem deste jeito, o número de trabalhadores do setor bancário vai ser reduzido drasticamente, sobrando para os que ficarem a tarefa de fazer todo o serviço das agências. Sobrecarga e estresse na certa!

Com informações da Contraf.

Caixa retira exigência de tempo de aposentado

A Caixa vai retirar do RH 221 a exigência de contribuição mínima de 120 meses para manter o plano de saúde depois da rescisão do contrato com o banco. A mudança de posicionamento, no entanto, só aconteceu após reivindicação do Conselho de Usuários e dos sindicatos.

Os conselheiros eleitos fizeram uma série de questionamentos, que foram respondidos pela empresa, por e-mail, no dia 1º de agosto. Uma nova versão do normativo está sendo elaborada. Em breve, será divulgada.

Outro ponto aceito pelo banco foi o não cancelamento do Saúde Caixa para aposentados

que não se recadastrarem no período indicado. Ao invés de cancelado, o plano ficará suspenso até que o o recadastramento seja feito.

A mudança também vale para os filhos, maiores de 21 anos, permanentemente incapazes. O filho permanentemente incapaz poderá ter renda de até um salário mínimo para continuar como dependente direto depois de completar 21 anos. Nesta conta, não é considerada a pensão alimentícia. Na redação anterior, filhos nestas condições somente podem ser mantidos se não tiverem nenhum tipo de rendimento.

Câmara aprova MP que libera abertura dos bancos aos sábados



Mais um retrocesso contra os direitos dos trabalhadores. O plenário da Câmara dos Deputados aprovou o texto-base da MP da Liberdade Econômica (Medida Provisória 881/19), que libera a abertura dos bancos aos sábados e o trabalho aos domingos sem remuneração extra para todas as categorias. Foram 345 votos a favor e 76 contra.

Com a desculpa de desburocratizar o Estado e aquecer a economia, a proposta mexe com o direito duramente conquistado pelos bancários em 1962, que é a proibição da abertura dos bancos aos sábados. Essa medida foi tomada para diminuir o esgotamento da categoria, que trabalha com dinheiro e pode cometer mais erros devido ao cansaço mental. Neste caso, o erro envolve dinheiro, que pode custar o emprego e ser descontado do salário.

Para o presidente da Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe, Hermelino Neto, a proposta é um grande retrocesso, pois não vai gerar novas vagas no setor bancário, a exemplo, do que acontece em outros setores onde o trabalho foi liberado no final de semana.

Trabalho aos domingos Outro ponto polêmico do projeto é o fim das restrições ao trabalho nos domingos e feriados, dispensando o pagamento em dobro do tempo trabalhado

nesses dias se a folga for determinada para outro dia da semana.

Pelo texto, o empregado poderá trabalhar até três domingos seguidos, quando lhe será garantida uma folga no quarto domingo. Mais um absurdo, pois tira o direito do trabalhador de usufruir do descanso no mesmo dia que os seus filhos não estarão na escola, por exemplo. Um absurdo!

OUTROS PONTOS

O texto aprovado estabelece ainda garantias para a atividade econômica de livre mercado, impõe restrições ao poder regulatório do Estado, cria direitos de liberdade econômica e regula a atuação do Fisco federal.

O texto libera, por exemplo, pessoas físicas e empresas para desenvolver negócios considerados de baixo risco, que poderão contar com dispensa total de atos como licenças, autorizações, inscrições, registros ou alvarás.

Outros temas tratados pela proposta são a instituição da carteira de trabalho digital; agilidade na abertura e fechamento de empresas; substituição dos sistemas de Escrituração Digital de Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) e do banco de dados sobre estoques.